



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

001



HABEAS CORPUS Nº: 0192942-0	
COMARCA:	BUÍQUE
IMPETRANTE:	BRUNO CHRYSTIAN DE FRANÇA CAVALCANTI
PACIENTE:	JOSÉ RINALDO HONÓRIO DE MELO
PROCURADOR:	CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO
RELATOR:	DES. NIVALDO MULATINHO FILHO.

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 312 DO CPP. PEDIDO DE DESAFORAMENTO AJUIZADO ANTE O MEDO DAS TESTEMUNHAS. INVIÁVEL A ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA, EIS QUE INCABÍVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT.

I – A necessidade da segregação cautelar se faz necessária e está assentada na periculosidade do paciente, nas circunstâncias do crime, na garantia da ordem pública, na preservação da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

II – Fica, no alcance restrito do writ, impraticável o exame aprofundado da prova tendente a firmar convicção no sentido de que o réu não é autor ou partícipe do delito que lhe é imputado na denúncia, salvo em situações excepcionais, o que, na hipótese, inocorre.

II – As condições pessoais favoráveis do paciente não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos, hipótese verificada no presente caso.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0192942-0, no qual figuram como parte **JOSÉ RINALDO HONÓRIO DE MELO**. ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de 02 de 2010.

Nivaldo Mulatinho Filho
Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



002

HABEAS CORPUS Nº: 0192942-0	
COMARCA:	BUÍQUE – Vara única
IMPETRANTE:	BRUNO CHRYSTIAN DE FRANÇA CAVALCANTI
PACIENTE:	JOSÉ RINALDO HONÓRIO DE MELO
PROCURADOR:	CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO
RELATOR:	DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

RELATÓRIO

O Bel. BRUNO CHRYSTIAN DE FRANÇA CAVALCANTI impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de JOSÉ RINALDO HONÓRIO DE MELO, preso por força de Decreto de prisão preventiva no dia 19/11/2008. Aponta como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Buíque/PE, onde responde ao Processo-Crime nº 410.2008.002115-0 juntamente com mais 03 (três) acusados, por suposta violação ao art. 121, § 2º, IV, c/c art. 29, II, do Código Penal.

Requer o impetrante, na inicial de fls. 12/22, a revogação da prisão preventiva do Paciente, em face da carência de justa causa, ante a ausência dos pressupostos essenciais a sua legitimidade. Alega, também, a inexistência da participação do mesmo no crime, e condições subjetivas favoráveis.

À impetração, foram acostados os documentos de fls. 23/268, dentre eles a Denúncia.

Indeferi o provimento liminar requerido pelo impetrante, conforme decisão às fls. 274/275.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa da Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, apresentou parecer às fls. 294/296, opinando pela **denegação da ordem**.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



003

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, onde o impetrante busca a soltura do paciente **JOSÉ RINALDO HONÓRIO DE MELO, vulgo "NENÊ"**, alegando a ausência dos pressupostos necessários para o decreto prisional, inexistência de indícios de sua participação no crime, e, por fim, condições pessoais favoráveis.

Consta da Denúncia (fls. 23/26) que, no dia 26 de outubro de 2008, em torno das 02h40min, no Sítio Façola, Zona rural do município de Buíque, os três denunciados, dentre eles o paciente, em comunhão de desígnios, invadiram a residência de ETELVANI DA SILVA, vulgo "MAGO", e contra ele efetuaram disparos e golpes de faca, causando a sua morte.

Às fls. 241/242, consta o Despacho que indeferiu o pedido de revogação de prisão preventiva. No que concerne a ausência dos requisitos necessários à sua decretação, observo que a decisão está devidamente fundamentada, vejamos:

"(...) verifico estão presentes os requisitos para decretação da custódia preventiva, pois há provas da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, diante da prova até o momento trazida aos autos.

Ante as provas colacionadas até o momento, verifica-se que o crime foi motivado pelo fato de a vítima ter ceifado a vítima de um dos colegas dos acusados (COSME), que com este fazia segurança em evento festivo.

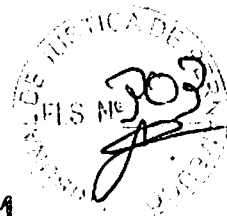
(...) trata-se de delito revestido de gravidade, eis, que diante das provas coligidas no inquérito policial que subsidia a denúncia, há provas de que o delito fora cometido mediante brutalidade sem par, motivada por vingança.

(...) verifica-se ainda que as testemunhas se apresentam temerosas por suas vidas, eis que os acusados integram milícia à qual é atribuída a prática de outros crimes contra a vida ocorridos nesta Comarca (...)"

Assim, incorre a coação ilegal oriunda do decreto impugnado, porquanto foram observados pelo julgador singular os critérios traçados no art. 312, do Código de Processo Penal. Vale ressaltar que as condições pessoais favoráveis do paciente não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade provisória, se a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



004

necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos, hipótese verificada no presente caso.

É pacífico que a motivação do decreto da custódia cautelar não precisa ser extensa, podendo ser sucinta. Porém deve ser clara e objetiva, demonstrando realmente haver lastro de prova indicando cabimento da medida que restringe a liberdade física de indiciado ou acusado. Assim:

"Não é necessário que o despacho que decreta a prisão preventiva seja extenso, ou que possua a minudência típica de uma sentença condenatória, bastando que aponte indícios da autoria e materialidade, além da imprescindibilidade da segregação do agente (RSTJ 85/308. Idem: RHC n. 12.587/AC, 5ª T., rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU 30.062003, p. 266.)".

Em relação à alegação da inexistência de participação do ora Paciente na conduta delituosa narrada na Denúncia, fica, no alcance restrito do *writ*, impraticável o exame aprofundado da prova tendente a firmar convicção no sentido de que o réu não é autor ou participe do delito que lhe é imputado no processo originário, salvo em situações excepcionais, o que, na hipótese, incorre.

A propósito, socorre-nos o entendimento oriundo do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

"(...) Habeas Corpus. O Habeas Corpus não é meio adequado para o revolvimento do campo probatório. Pedido denegado." (RSTJ 123/405).

Em consulta ao sistema de acompanhamento processual de 1º Grau do TJPE, que ora junto em 06 (seis), laudas, verifico que, no dia 14/01/2010, foi suspensa a Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri, realizada na Comarca de Buíque, em face do pedido de Desaforamento formulado pelo Representante do Ministério Público.

A segregação cautelar do Paciente se impõe a fim de prevenir a reprodução de fatos criminosos de mesma natureza, tendo em vista que a douta Magistrada na manhã do dia 13 de janeiro de 2010, foi procurada informalmente por alguns jurados alistados e sorteados para a Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri, alegando que "se sentiam receosos dos acusados" (doc. anexo). Por ocasião da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



005

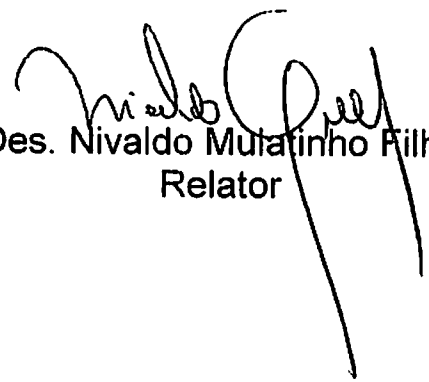
abertura da Sessão, 18 (dezoito) jurados, indagados, informaram que não estavam em condições de proferir uma decisão com isonomia e de acordo com os ditames de justiça.

Fica, claro, portanto, que a necessidade da segregação cautelar se faz necessária e está assentada na periculosidade do paciente, nas circunstâncias do crime, na garantia da ordem pública, na preservação da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Assim, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 03 de 02 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator